

“Brexit: as consequências e as soluções em matéria aduaneira”

BusinessEurope, junho 2018

O documento da BusinessEurope sobre as implicações e soluções aduaneiras do Brexit visa informar tanto os responsáveis políticos como as empresas sobre o impacto aduaneiro que o Brexit pode ter, para ajudar as empresas a compreender os problemas que podem enfrentar e fornecer aos responsáveis políticos propostas para eliminar ou compensar os problemas identificados neste documento. As implicações aduaneiras concretas resultantes do Brexit dependerão muito do tipo de acordo alcançado pelo Reino Unido e pela UE em relação à sua futura relação. Sem prejuízo da natureza da relação futura, é evidente que qualquer opção que represente menos que a adesão plena ao mercado único e à união aduaneira criará barreiras económicas entre a UE e o Reino Unido que poderão resultar em custos significativos para as empresas.

Até que o tipo de modelo futuro seja determinado e ratificado, as empresas carecem da clareza necessária para se prepararem adequadamente para o Brexit. A possibilidade de um cenário “cliff-edge” (cenário “precipício”, em que o Reino Unido abandona a União Europeia e o período de transição termina sem haver acordo relativo ao futuro relacionamento) continua a ser um risco elevado.

A BusinessEurope insta os responsáveis políticos a encontrarem, atempadamente, o melhor modelo para abordar as questões descritas neste documento. Ao fazê-lo, solicita à UE e ao Reino Unido que mantenham a relação económica o mais próxima possível, preservando simultaneamente a integridade do mercado único, a fim de minimizar o impacto económico do Brexit. Os responsáveis políticos devem ser cautelosos na tentativa de preservar e fortalecer o continente europeu como um dos clusters industriais importantes a nível mundial.

Questões principais

As empresas exigem uma transição sem descontinuidades para o relacionamento futuro. O período de transição deve providenciar uma ponte adequada para o relacionamento futuro, a fim de evitar um cenário “cliff-edge”. No caso de o período de transição terminar antes que um acordo sobre o futuro relacionamento esteja em vigor, o comércio entre a UE e o Reino Unido passará a ser enquadrado apenas nos termos da Organização Mundial do Comércio, e todos os problemas descritos neste documento serão de relevância imediata.

O Brexit poderá resultar numa infinidade de procedimentos alfandegários onerosos, em barreiras não-tarifárias e problemas na área da regulamentação. Cada grau de divergência em relação à situação de membro da UE, cria barreiras económicas adicionais. Estas podem implicar direitos aduaneiros e declarações adicionais, regras de origem complexas ou questões de acumulação, estrangulamentos físicos e digitais, regras e legislação divergentes, ausência de reconhecimento mútuo e introdução de avaliações de conformidade.

Muitas das recomendações levarão tempo a serem implementadas. Quanto mais baixo for o nível de integração económica decidido entre a UE-27 e o Reino Unido, maior será o nível de adaptação que será necessário, uma vez que terão de ser estabelecidos novos sistemas, procedimentos e infraestruturas. No caso de ambas as partes optarem por negociar um acordo de livre comércio, pode não haver tempo suficiente antes do final do período de transição para implementar todas as soluções necessárias. Um modelo ambicioso de integração económica poderia proporcionar uma solução abrangente para essas questões.

Recomendações chave

Manter a relação económica o mais próxima possível, preservando simultaneamente a integridade do mercado único. Qualquer grau de divergência entre o Reino Unido e a União Europeia criará barreiras económicas adicionais que podem levar a custos significativos para as empresas. Modelos diferentes resultam em direitos e obrigações diferentes e, consequentemente, em variados custos e barreiras para as empresas.

O alinhamento regulamentar entre a UE e o Reino Unido é da maior importância para preservar as cadeias de valor e evitar as barreiras não pautais ao comércio. A cooperação regulamentar é fundamental para evitar divergências regulamentares desnecessárias. Um número significativo de regulamentações aplica-se aos produtos, de entre as quais, regulamentações técnicas horizontais, regras de acesso ao mercado, propriedade intelectual, proteção de dados, regras específicas do setor. A divergência entre a UE e o Reino Unido em áreas-chave da regulamentação criaria custos adicionais e repercussões para as empresas que operam entre os dois mercados, bem como para as suas cadeias de abastecimento. É importante ter em conta que até agora, nenhum acordo de livre comércio conseguiu resolver os problemas de divergência regulatória, situação que constituirá um desafio para ambos os lados abordarem no contexto do relacionamento futuro.

Desenvolver procedimentos aduaneiros simplificados para todas as empresas. No caso de o Reino Unido abandonar o Mercado Único e a União Aduaneira, as empresas exigirão procedimentos aduaneiros simplificados para garantir que o comércio permaneça o mais isento de atrito possível. Isto é particularmente importante no caso das empresas sem experiência comercial recente fora do mercado único, o que inclui um grande número de PME

que enfrentariam um elevado grau de dificuldade e de custos para se adaptarem a alterações substanciais.

Melhorar a sensibilização das empresas. As autoridades da UE e do Reino Unido devem, de forma pró-ativa, alcançar e trabalhar com as suas comunidades empresariais para obter uma compreensão completa das necessidades das empresas para se prepararem para o Brexit. As autoridades devem providenciar informação, formação e recursos adequados às empresas, especialmente para as que nunca operaram fora da UE e que, portanto, nunca lidaram com formalidades aduaneiras.

Melhorar e acelerar a preparação para o Brexit. Dados os desafios descritos no documento e as necessidades da comunidade empresarial, é fundamental que as autoridades de ambos os lados estejam preparadas para lidar urgentemente com as mudanças resultantes do Brexit, para que as empresas não enfrentem estrangulamentos desnecessários nas fronteiras. Isso inclui recrutamento e formação dos trabalhadores (oficiais alfandegários, veterinários e pessoal relacionado, como aqueles envolvidos na gestão dos processos sanitários e fitossanitários), mas também preparação e implementação de infraestrutura física e digital. Há que também proporcionar às empresas a maior clareza possível sobre a possível futura relação UE-Reino Unido, para que tenham tempo de se adaptar.